

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: PREMISSAS EM USO

Itarralyss Herico Cardoso Santos

SEDUC-RO.

<https://lattes.cnpq.br/8762283275267067>

<https://orcid.org/0009-0008-0092-7689>

E-mail: ita_kcoal@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N2-06>

RESUMO: Neste artigo, empreendeu-se um estudo de revisão orientado pela abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as políticas públicas para Educação Básica e as premissas que as fundamentam. Buscou-se, portanto, compreender os conceitos e definições inerentes a esse tema de extrema relevância. Sendo assim, o principal propósito deste estudo consiste em examinar minuciosamente as premissas que sustentam as políticas públicas para Educação Básica, avaliando o nível de utilidade de cada uma delas no impulso à cidadania e à inclusão. Através da consideração dessas premissas e da promoção de sua efetiva implementação, almeja-se avançar na construção de um sistema educacional que valorize a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a formação de cidadãos ativos e participativos na sociedade. Sendo assim, as políticas públicas podem desempenhar um papel estratégico na formação de habilidades essenciais para a cidadania, como o pensamento crítico, a capacidade de argumentação, a resolução de problemas e o trabalho em equipe. Estas habilidades são fundamentais para que os estudantes se tornem cidadãos ativos, capazes de enfrentar os desafios e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Educação Básica. Brasil.

PUBLIC POLICIES FOR BASIC EDUCATION: ASSUMPTIONS IN USE

ABSTRACT: In this article, a review study guided by a qualitative approach was undertaken, with the objective of analyzing public policies for Basic Education and the premises that underlie them. Therefore, we sought to understand the concepts and definitions inherent to this extremely relevant topic. Therefore, the main purpose of this study is to thoroughly examine the premises that support public policies for Basic Education, evaluating the level of usefulness of each of them in promoting citizenship and inclusion. By considering these premises and promoting their effective implementation, the aim is to advance in the construction of an educational system that values equal opportunities, respect for diversity and the formation of active and participatory citizens in society. Therefore, public policies can play a strategic role in the formation of essential skills for citizenship, such as critical thinking, the ability to argue, problem solving and teamwork. These skills are fundamental for students to become active citizens, capable of facing challenges and contributing to the development of their communities.

KEYWORDS: Public policies. Basic education. Brazil.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, busca-se estudar as políticas públicas para Educação Básica, além das premissas que lhe fundamentam. Para tanto, se realiza aqui um estudo de revisão orientado pela abordagem qualitativa o qual se centra no entendimento dos conceitos e definições que lhe são inerentes.

As políticas públicas para a Educação Básica desempenham um papel crucial no desenvolvimento e no aprimoramento do sistema educacional de um país. A Educação Básica abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, sendo a base para a formação educacional de crianças e jovens. Por consequência, o estudo das políticas públicas para a Educação Básica envolve uma análise ampla e aprofundada dos diversos aspectos que impactam o setor educacional (Alves; Garcia, 2009). Isto inclui a definição de diretrizes curriculares, a formação e valorização dos professores, a infraestrutura escolar, o acesso à educação inclusiva, a gestão escolar, o financiamento e a avaliação do ensino.

Nessa perspectiva, a elaboração de políticas públicas para a Educação Básica requer um olhar atento para as necessidades e desafios específicos de cada país ou região. É preciso considerar fatores como a diversidade cultural, as desigualdades sociais, as demandas do mercado de trabalho e as mudanças tecnológicas, para garantir que as políticas sejam adequadas e efetivas. Aliás, uma das principais metas das políticas públicas para a Educação Básica é promover a equidade no acesso à educação de qualidade. Isso implica garantir que todas as crianças e jovens tenham oportunidades iguais de aprendizado, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica (André, 2014). Para tanto, é necessário investir em ações que reduzam as disparidades educacionais, como a implementação de programas de inclusão e a distribuição equitativa de recursos.

Além disso, as políticas públicas para a Educação Básica devem estar alinhadas com os avanços pedagógicos e tecnológicos. É fundamental fomentar práticas inovadoras de ensino, que estimulem o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e o uso adequado das tecnologias educacionais. Isso proporciona uma educação mais dinâmica e atualizada, preparando os estudantes para os desafios do século XXI. Sendo assim, a avaliação constante das políticas públicas é outro aspecto relevante. É preciso monitorar

e analisar os resultados das ações implementadas, a fim de identificar pontos fortes e fracos, e realizar ajustes quando necessário (Apple, 2006). A participação da sociedade civil, incluindo pais, estudantes, professores e especialistas em educação, é essencial nesse processo, pois contribui para a construção de políticas mais eficientes e democráticas.

Dito tudo isso, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Até que ponto políticas públicas para Educação Básica são essenciais para o fomento da cidadania e a inclusão? Por consequência, o principal objetivo deste estudo é analisar as premissas que fundamentam as políticas públicas para Educação Básica, determinando até que ponto cada delas é útil no fomento da cidadania e a inclusão. Ao considerar essas premissas e promover sua implementação de forma efetiva, é possível avançar na construção de um sistema educacional que valorize a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a formação de cidadãos ativos e participativos na sociedade.

Em suma, são estas as mais importantes ideias que embasam o estudo em pauta. Ciente de suas prováveis limitações, espera-se, todavia, que sejam pelo menos úteis no entendimento das mais importantes questões que fundamentam o estudo das políticas públicas para Educação Básica.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade justa e próspera. É por meio dela que os indivíduos adquirem conhecimentos, habilidades e valores essenciais para sua formação integral, capacitando-os a exercer plenamente sua cidadania e contribuir para o progresso do país (Araújo, 2007). Neste contexto, as políticas públicas desempenham um papel crucial, uma vez que são responsáveis por estabelecer diretrizes e promover ações voltadas ao fomento desse nível de ensino.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as políticas públicas são capazes de proporcionar um ambiente propício ao aprendizado, promovendo a melhoria da infraestrutura das escolas, a disponibilização de recursos pedagógicos adequados e o investimento na formação contínua dos profissionais da educação. Ao assegurar

condições dignas e atraentes para os estudantes e professores, essas políticas contribuem para o fortalecimento do vínculo entre os alunos e o processo educativo, estimulando o engajamento e o interesse pelo conhecimento. Além disto, as políticas públicas também têm o potencial de reduzir as desigualdades sociais e regionais no acesso à Educação Básica. Ao implementar programas de inclusão e ampliação do ensino, o Estado busca garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham acesso a uma educação de qualidade (Ball, 2001). Ações como a expansão da oferta de vagas, a criação de programas de bolsas e a implantação de escolas em áreas remotas são exemplos de medidas que visam a democratização do acesso à Educação Básica.

Outro ponto relevante é o papel das políticas públicas na promoção da equidade educacional. É fundamental que o Estado adote estratégias para combater as desigualdades de aprendizado e oferecer oportunidades igualitárias a todos os estudantes. Por meio de políticas de valorização do ensino público, como a implementação de currículos inclusivos e a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras, é possível proporcionar uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem social ou geográfica. Ademais, as políticas públicas podem estimular a participação da sociedade civil e a construção de parcerias entre o Estado, a comunidade escolar e outros setores da sociedade. Ao envolver os diferentes atores interessados na promoção da Educação Básica, é possível fortalecer as políticas educacionais, tornando-as mais eficazes e alinhadas com as necessidades reais da população (Borges; Oliveira, 2013). A participação da comunidade, por exemplo, pode contribuir para o acompanhamento e a fiscalização das ações governamentais, garantindo uma gestão mais transparente e responsável dos recursos destinados à educação.

Diante disso, fica evidente a pertinência das políticas públicas para o fomento da Educação Básica. Elas são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades, reduzir as desigualdades e criar um ambiente educacional propício ao aprendizado. Portanto, é essencial que o Estado invista em políticas educacionais consistentes, planejadas e de longo prazo, reconhecendo a educação como um direito de todos e um instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Somente por meio do compromisso efetivo com a Educação Básica será possível construir

um futuro promissor e justo para as gerações presentes e futuras (Caldart, 2011). Aliás, ao formular políticas públicas para a educação básica no Brasil com base na perspectiva da cidadania e da inclusão, é importante considerar as seguintes premissas:

Universalidade: As políticas públicas devem garantir o acesso universal à educação básica, independentemente da origem socioeconômica, gênero, etnia, deficiência ou qualquer outra forma de discriminação (Dourado, 2009). Todos os cidadãos têm o direito de receber uma educação de qualidade;

Equidade: As políticas devem buscar reduzir as desigualdades educacionais existentes, promovendo a equidade no acesso, na permanência e no sucesso escolar (Freitas, 1998). Ou seja, é fundamental superar as barreiras que limitam o pleno desenvolvimento dos estudantes, como a falta de recursos, a segregação socioespacial e a discriminação;

Inclusão: As políticas devem promover a inclusão de todos os estudantes, considerando suas particularidades e necessidades individuais (Gentili, 2009; Haddad; Di Pierro, 2011). Isto envolve a implementação de práticas pedagógicas e estruturais que atendam à diversidade, garantindo o pleno desenvolvimento e a participação de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais ou sociais;

Qualidade: As políticas públicas devem buscar a melhoria contínua da qualidade da educação básica, com currículos relevantes, formação adequada de professores, infraestrutura adequada, materiais didáticos de qualidade e avaliação sistemática dos resultados educacionais (Lima, 2009). A qualidade é essencial para garantir que a educação promova o pleno exercício da cidadania e prepare os estudantes para a vida em sociedade;

Participação e diálogo: As políticas devem promover a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educativo, incluindo estudantes, famílias, professores, gestores, comunidade local e sociedade civil (Oliveira; Duarte, 2007). O diálogo entre esses atores é fundamental para a construção de políticas mais efetivas, que atendam às demandas e necessidades locais;

Investimento adequado: As políticas públicas devem garantir investimentos adequados na educação básica, assegurando recursos financeiros suficientes para a

implementação das políticas propostas, a valorização dos profissionais da educação, a melhoria da infraestrutura e a disponibilização de materiais didáticos e tecnológicos necessários (Pinto, 2006).

Ao fundamentar as políticas públicas para a Educação Básica no Brasil com base nessas premissas, busca-se promover uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para a formação integral dos cidadãos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária (Saviani, 2012).

UNIVERSALIDADE

A universalidade é um princípio fundamental que deve embasar as políticas públicas voltadas para a Educação Básica no Brasil. Garantir o acesso universal à educação, independentemente de diferenças socioeconômicas, gênero, etnia, deficiência ou qualquer outra forma de discriminação, é um passo essencial para promover um sistema educacional equitativo e inclusivo (Saviani, 2018). Todos os cidadãos têm o direito inalienável de receber uma educação de qualidade, e a universalidade é o caminho para tornar esse direito uma realidade palpável.

Ao adotar a universalidade como base, as políticas públicas buscam superar as barreiras que historicamente têm limitado o acesso à educação básica no país. A desigualdade socioeconômica, por exemplo, muitas vezes impede que crianças e jovens de famílias mais pobres tenham as mesmas oportunidades educacionais que aqueles provenientes de famílias mais privilegiadas. Ao garantir o acesso universal, independentemente da origem socioeconômica, essas barreiras são rompidas, permitindo que todos tenham as mesmas chances de aprender e se desenvolver. Da mesma forma, a universalidade na educação básica também atua como um mecanismo de promoção da igualdade de gênero e da valorização da diversidade étnica e racial. Ao assegurar que meninas e meninos, mulheres e homens, tenham igual acesso à educação, estamos combatendo estereótipos de gênero e quebrando os ciclos de desigualdade (Veiga, 2013; Alves; Garcia, 2009). Além disto, ao garantir que estudantes de todas as origens étnicas e raciais tenham acesso igualitário à educação, estamos promovendo uma sociedade mais inclusiva e consciente da importância da diversidade.

A universalidade na educação também desempenha um papel crucial no combate à discriminação e na promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Ao garantir que todas as crianças e jovens, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais, tenham acesso à educação básica, estamos quebrando as barreiras que os segregam e limitam suas oportunidades. Isso permite que esses estudantes desenvolvam todo o seu potencial, participem ativamente da vida escolar e contribuam para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Exemplos de políticas públicas que promovem a universalidade na Educação Básica podem ser observados no Brasil (André, 2014). Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) têm como objetivo centralizar recursos para garantir o acesso universal à educação, priorizando regiões mais vulneráveis e assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Em suma, a universalidade é um princípio-chave que sustenta as políticas públicas voltadas para a Educação Básica no Brasil. Ao garantir o acesso universal, independentemente de diferenças socioeconômicas, gênero, etnia, deficiência ou qualquer outra forma de discriminação, estamos construindo um sistema educacional equitativo, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento pleno de todos os cidadãos (Apple, 2006). Somente através da universalidade podemos garantir que cada indivíduo tenha a oportunidade de receber uma educação de qualidade, exercendo assim seu direito fundamental e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

EQUIDADE

A equidade é um princípio de extrema importância para o efetivo equitativo das políticas públicas na Educação Básica no Brasil. Ao buscar reduzir as desigualdades educacionais existentes e promover a equidade no acesso, na permanência e no sucesso escolar, essas políticas têm o objetivo de superar as barreiras que limitam o pleno desenvolvimento dos estudantes (Araújo, 2007). A equidade é fundamental para garantir que todos os alunos tenham oportunidades justas e igualitárias de aprendizado, independentemente de suas condições socioeconômicas, geográficas, étnicas, raciais ou outras formas de discriminação.

No contexto brasileiro, a equidade se torna ainda mais essencial, considerando as disparidades educacionais presentes no país. Regiões mais vulneráveis e áreas rurais, por exemplo, muitas vezes enfrentam carências estruturais e falta de recursos, o que afeta diretamente a qualidade da educação oferecida. Ao promover políticas que busquem superar essas barreiras e direcionar investimentos para essas regiões, é possível garantir um acesso mais equitativo à educação básica e reduzir as desigualdades educacionais (Ball, 2001; Borges; Oliveira, 2013). Um exemplo de política pública que busca promover a equidade na educação básica é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ao fornecer alimentação gratuita ou subsidiada para os estudantes de escolas públicas, o programa contribui para a permanência dos alunos na escola, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso evita que a falta de recursos alimentares se torne uma barreira para o acesso e a permanência na escola, promovendo a equidade e igualdade de oportunidades.

Outro exemplo é o Programa Bolsa Família, que visa combater a pobreza e a desigualdade social, proporcionando auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade. Esse programa tem um impacto direto na educação, uma vez que a renda básica repassada auxilia na garantia do acesso dos estudantes à escola, evitando o abandono escolar devido às dificuldades econômicas. Dessa forma, promove-se a equidade, permitindo que crianças e jovens em situação de vulnerabilidade tenham as mesmas oportunidades de educação que os demais estudantes. Além disto, políticas públicas que visam à promoção da inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência e estudantes indígenas e quilombolas, são essenciais para garantir a equidade na educação básica (Caldart, 2011). Ao implementar medidas que ofereçam suporte e recursos específicos para atender às necessidades desses grupos, é possível superar as barreiras que limitam seu pleno desenvolvimento educacional e garantir que tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade.

Em suma, a equidade é fundamental para assegurar um efetivo equitativo das políticas públicas para a Educação Básica no Brasil. Ao buscar reduzir as desigualdades educacionais existentes, superando as barreiras que limitam o pleno desenvolvimento dos estudantes, promove-se um acesso mais equitativo, a permanência e o sucesso escolar (Dourado, 2009). Exemplos de políticas públicas, como o PNAE e o Programa Bolsa

Família, demonstram como é possível agir de forma direcionada para alcançar a equidade e garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade.

INCLUSÃO

A inclusão é um princípio essencial para o efetivo equitativo das políticas públicas voltadas para a Educação Básica no Brasil. Ao promover a inclusão de todos os estudantes, levando em consideração suas particularidades e necessidades individuais, essas políticas buscam garantir o pleno desenvolvimento e a participação de todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais ou sociais (Freitas, 1998). A inclusão é um caminho para construir uma educação mais equitativa, onde cada aluno tenha a oportunidade de se desenvolver e aprender de acordo com suas potencialidades.

Ao implementar práticas pedagógicas e estruturais que atendam à diversidade, as políticas de inclusão reconhecem que cada estudante é único e possui diferentes formas de aprender e se desenvolver. Essas políticas visam criar ambientes educacionais acolhedores, adaptados e acessíveis, capazes de promover a participação ativa de todos os alunos. Um exemplo de política pública que valoriza a inclusão na Educação Básica é a implementação de salas de recursos multifuncionais. Essas salas oferecem suporte e recursos especializados para alunos com deficiência, proporcionando um ambiente inclusivo onde podem desenvolver suas habilidades e receber o apoio necessário para alcançar o sucesso escolar (Gentili, 2009). Esta iniciativa reconhece a importância de atender às necessidades individuais dos alunos e garantir sua participação plena na vida escolar.

Outro exemplo relevante é a adoção de medidas que promovam a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Políticas que buscam capacitar os profissionais da educação para lidar com as necessidades específicas desses estudantes e oferecer um ambiente adaptado às suas particularidades são fundamentais para garantir sua inclusão e participação na escola. Essas políticas reconhecem a importância de valorizar a diversidade e proporcionar uma educação de qualidade para todos os alunos.

Além disto, a promoção da inclusão na Educação Básica também envolve ações voltadas para o acolhimento e a valorização da diversidade cultural, étnica e racial dos estudantes (Haddad; Di Pierro, 2011). Políticas que valorizam a cultura e a história dos diferentes grupos presentes na escola contribuem para a formação de uma sociedade mais igualitária e respeitosa, onde todos os alunos se sintam incluídos e representados.

Em suma, a inclusão é um princípio fundamental para o efetivo equitativo das políticas públicas na Educação Básica no Brasil. Ao promover a inclusão de todos os estudantes, considerando suas particularidades e necessidades individuais, é possível criar ambientes educacionais mais equitativos e proporcionar a cada aluno a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo (Lima, 2009). Exemplos de políticas públicas, como a implementação de salas de recursos multifuncionais e a valorização da diversidade cultural, étnica e racial, demonstram o compromisso em garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

QUALIDADE

A qualidade é um fator crucial para o efetivo equitativo das políticas públicas voltadas para a Educação Básica no Brasil (Oliveira; Duarte, 2007; Pinto, 2006). Ao considerar a relevância das políticas públicas nesse contexto, é fundamental enfatizar a importância da qualidade como um elemento central para promover uma educação de excelência, que proporcione igualdade de oportunidades a todos os estudantes.

De maneira geral, a busca pela melhoria contínua da qualidade da educação básica abrange diversos aspectos essenciais. Em primeiro lugar, é necessário estabelecer currículos relevantes, que atendam às necessidades e demandas da sociedade atual (Saviani, 2012). Os currículos devem ser atualizados regularmente, incorporando conteúdos que estimulem o pensamento crítico, a criatividade, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a formação integral dos estudantes.

Além disso, a formação adequada de professores é um elemento chave para garantir a qualidade da educação. Investir na valorização e capacitação dos professores é fundamental para que eles possam desempenhar seu papel de forma eficaz. Isso inclui promover programas de formação inicial e continuada, oferecer suporte pedagógico,

incentivar a participação em cursos de atualização e proporcionar um ambiente de trabalho adequado e estimulante. A infraestrutura escolar também desempenha um papel crucial na promoção da qualidade da educação básica. É imprescindível que as escolas possuam espaços físicos adequados, com salas de aula bem equipadas, laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer (Saviani, 2018). Além disto, é necessário garantir o acesso à tecnologia e à internet, proporcionando condições para a incorporação de práticas pedagógicas inovadoras e o desenvolvimento de habilidades digitais nos estudantes.

Os materiais didáticos são outro aspecto fundamental para a promoção da qualidade na educação básica. Livros, apostilas, recursos multimídia e outros materiais devem ser selecionados criteriosamente, levando em conta sua adequação aos objetivos de aprendizagem, sua atualização e a diversidade de conteúdos. Materiais didáticos de qualidade contribuem para a construção do conhecimento, a promoção da autonomia dos estudantes e o estímulo ao interesse pela aprendizagem. Por fim, a avaliação sistemática dos resultados educacionais é essencial para acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar dificuldades e avanços, e subsidiar a elaboração de políticas públicas efetivas. A avaliação deve ser pautada por critérios claros e justos, abrangendo diferentes dimensões da aprendizagem e considerando a diversidade de contextos escolares (Veiga, 2013). Os resultados obtidos devem ser utilizados de forma construtiva, fornecendo informações para aprimorar as práticas pedagógicas e as políticas educacionais.

Nessas condições, a qualidade é um elemento essencial para o efetivo equitativo das políticas públicas para a Educação Básica no Brasil (Alves; Garcia, 2009). A busca por uma educação de qualidade, com currículos relevantes, formação adequada de professores, infraestrutura adequada, materiais didáticos de qualidade e avaliação sistemática dos resultados, é fundamental para garantir que a educação cumpra seu papel de promover o pleno exercício da cidadania e preparar os estudantes para a vida em sociedade.

Ainda que não se trate de uma tarefa simples de ocorrer em todas as ocasiões, somente por meio de um compromisso contínuo com a qualidade poderemos alcançar a equidade e oferecer oportunidades iguais a todos os estudantes, independentemente de suas origens ou condições socioeconômicas (André, 2014; Oliveira; Duarte, 2007).

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO

A participação e o diálogo são elementos de extrema relevância para o efetivo equitativo das políticas públicas voltadas para a Educação Básica no Brasil (Haddad; Di Pierro, 2011). Para que essas políticas sejam eficazes e atendam às demandas e necessidades locais, é essencial que promovam a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educativo, incluindo estudantes, famílias, professores, gestores, comunidade local e sociedade civil.

Ao valorizar a participação de estudantes, reconhecemos que eles são sujeitos ativos do processo educativo e detentores de conhecimentos e experiências que podem contribuir para a melhoria da educação. O envolvimento dos estudantes na formulação e implementação de políticas educacionais pode garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam consideradas (Borges; Oliveira, 2013). Por exemplo, a criação de conselhos escolares ou grêmios estudantis permite que os estudantes participem ativamente da gestão escolar, opinem sobre as políticas educacionais e se sintam parte integrante do processo.

A participação das famílias também desempenha um papel fundamental na construção de políticas mais equitativas. Quando as famílias são envolvidas no processo educativo, há uma maior conexão entre a escola e o lar, o que fortalece a parceria entre educadores e responsáveis. Isso pode ser alcançado por meio de reuniões periódicas, envio de comunicados e relatórios de desempenho, além da promoção de espaços de diálogo entre famílias e escola. A participação das famílias contribui para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, a identificação de possíveis dificuldades e o estímulo ao engajamento escolar. Os professores também devem ser atores participantes na construção das políticas educacionais. São eles que estão na linha de frente, lidando diretamente com os estudantes e conhecendo suas realidades. Ao valorizar a participação dos professores, reconhecemos sua expertise e experiência, permitindo que eles contribuam com suas ideias, sugestões e propostas para o aprimoramento da educação. Por meio de espaços de discussão e formação continuada, os professores podem compartilhar boas práticas, debater metodologias e discutir estratégias para superar desafios. A participação dos gestores educacionais é crucial para a implementação efetiva das políticas públicas (Ball, 2001; Araújo, 2007). Eles têm o

papel de articular as demandas de todos os atores envolvidos, garantir a eficiência dos processos e alocar recursos de forma equitativa. A participação dos gestores envolve o diálogo com a comunidade escolar, a escuta ativa de demandas e sugestões, e a busca por soluções conjuntas.

Além disso, a participação da comunidade local e da sociedade civil é fundamental para uma educação mais inclusiva e contextualizada. Através do envolvimento de organizações não governamentais, associações comunitárias, grupos de pais e outros atores sociais, é possível identificar necessidades específicas, promover projetos educacionais locais e fomentar a construção de uma rede de apoio que contribua para a equidade e a qualidade da educação. Aliás, o diálogo entre todos esses atores é o elemento que permeia a participação e fortalece o processo de construção de políticas educacionais. O diálogo permite a troca de experiências, a compreensão das diferentes perspectivas e a construção de consensos (Apple, 2006). É por meio do diálogo que é possível construir políticas mais efetivas, que levem em conta as particularidades de cada contexto educacional e promovam a equidade. O diálogo possibilita a identificação de desafios, a criação de soluções conjuntas e a promoção de um ambiente de respeito e colaboração.

Em suma, a participação e o diálogo são fundamentais para o efetivo equitativo das políticas públicas para a Educação Básica no Brasil. Ao envolver estudantes, famílias, professores, gestores, comunidade local e sociedade civil, é possível construir políticas mais efetivas, que atendam às necessidades e demandas locais, promovendo uma educação de qualidade e garantindo a igualdade de oportunidades a todos os estudantes (Veiga, 2013). O diálogo é o caminho para a construção coletiva de uma educação mais inclusiva, participativa e transformadora.

INVESTIMENTO ADEQUADO

O investimento adequado é um fator fundamental para o efetivo equitativo das políticas públicas voltadas para a Educação Básica no Brasil. Para que essas políticas sejam efetivas, é necessário garantir recursos financeiros suficientes, que sejam direcionados de forma estratégica e equitativa, contemplando todas as etapas e modalidades de ensino (Saviani, 2018).

Um investimento adequado na Educação Básica engloba diversos aspectos essenciais (Pinto, 2006). Em primeiro lugar, é imprescindível garantir recursos para a implementação das políticas educacionais propostas. Isso envolve a capacidade de financiar programas e projetos voltados para a formação de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos atualizados, a melhoria da infraestrutura escolar e a promoção de atividades extracurriculares que enriqueçam a experiência educacional dos estudantes.

A valorização dos profissionais da educação também demanda investimentos adequados. É necessário oferecer salários dignos, incentivos para a formação continuada e condições de trabalho adequadas. Valorizar os profissionais da educação é reconhecer a importância do seu papel na promoção da qualidade da educação e na formação integral dos estudantes. Esses investimentos contribuem para atrair e reter profissionais qualificados, melhorando a qualidade do ensino e favorecendo a equidade no acesso à educação. Outro aspecto relevante é a melhoria da infraestrutura escolar. Muitas escolas no Brasil enfrentam carência de recursos físicos, como salas de aula adequadas, bibliotecas, laboratórios e espaços de convivência. Investir na infraestrutura escolar é garantir que os estudantes tenham um ambiente propício para o aprendizado, que estimule a criatividade, a interação e o desenvolvimento integral (Oliveira; Duarte, 2007). Além disto, é necessário disponibilizar recursos tecnológicos, como computadores, acesso à internet e softwares educacionais, para promover a inclusão digital e preparar os estudantes para o mundo contemporâneo.

A disponibilização de materiais didáticos e tecnológicos necessários é outro ponto que exige investimento adequado. Livros, apostilas, recursos multimídia e tecnológicos são fundamentais para enriquecer as práticas pedagógicas, diversificar os recursos de ensino e facilitar o acesso ao conhecimento. É preciso assegurar que todos os estudantes tenham acesso a esses materiais, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Exemplos de investimento adequado na Educação Básica podem ser observados em países que alcançaram resultados positivos nessa área. Na Finlândia, por exemplo, há um alto investimento na formação e valorização dos professores, o que contribui para a qualidade do ensino e o desempenho dos estudantes em avaliações internacionais (Lima, 2009). Em Cingapura, o investimento em tecnologia

educacional e em programas de aprimoramento profissional dos docentes tem gerado avanços significativos na aprendizagem dos estudantes.

Portanto, o investimento adequado na Educação Básica é essencial para promover a equidade e a qualidade da educação no Brasil. Ao garantir recursos financeiros suficientes, é possível implementar políticas públicas efetivas, valorizar os profissionais da educação, melhorar a infraestrutura escolar e disponibilizar materiais didáticos e tecnológicos necessários (Haddad; Di Pierro, 2011). Somente por meio de um investimento adequado será possível proporcionar uma educação de qualidade, que promova a inclusão, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

CONCLUSÃO

Neste artigo, empreendeu-se um estudo de revisão orientado pela abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as políticas públicas para Educação Básica e as premissas que as fundamentam. Buscou-se, portanto, compreender os conceitos e definições inerentes a esse tema de extrema relevância.

Sendo assim, o principal propósito deste estudo consiste em examinar minuciosamente as premissas que sustentam as políticas públicas para Educação Básica, avaliando o nível de utilidade de cada uma delas no impulso à cidadania e à inclusão. Através da consideração dessas premissas e da promoção de sua efetiva implementação, almeja-se avançar na construção de um sistema educacional que valorize a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a formação de cidadãos ativos e participativos na sociedade.

Dito isso, indaga-se mais uma vez: Até que ponto políticas públicas para Educação Básica são essenciais para o fomento da cidadania e a inclusão?

No momento, as políticas públicas para a Educação Básica são essenciais para o fomento da cidadania e a inclusão em nossa sociedade. Através dessas políticas, é possível criar um ambiente educacional que promova a formação integral dos estudantes, preparando-os para exercerem seus direitos e deveres como cidadãos ativos e participativos. Uma educação de qualidade é um dos pilares fundamentais para o pleno

exercício da cidadania. Através das políticas públicas, é possível garantir o acesso igualitário a uma educação inclusiva e de excelência, independentemente da origem socioeconômica, gênero, etnia ou qualquer outra forma de discriminação. Essas políticas devem ser voltadas para o combate às desigualdades educacionais, promovendo a equidade e a justiça social.

Além disso, as políticas públicas para a Educação Básica têm o poder de criar um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a inclusão de todos os estudantes. É necessário garantir que os alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem, necessidades especiais ou de grupos minoritários sejam acolhidos e tenham acesso a um ensino adaptado às suas necessidades. Isso inclui a implementação de recursos e estratégias pedagógicas adequadas, bem como a capacitação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade de forma respeitosa e inclusiva. Aliás, as políticas públicas também desempenham um papel crucial na promoção de valores cívicos e éticos, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades. Por meio de uma educação que incentive a participação ativa, o respeito aos direitos humanos, o diálogo e a tolerância, é possível criar uma sociedade mais justa e solidária. As políticas educacionais devem incluir conteúdos curriculares que estimulem a reflexão crítica, a consciência política e a compreensão dos princípios democráticos.

Sendo assim, as políticas públicas podem desempenhar um papel estratégico na formação de habilidades essenciais para a cidadania, como o pensamento crítico, a capacidade de argumentação, a resolução de problemas e o trabalho em equipe. Estas habilidades são fundamentais para que os estudantes se tornem cidadãos ativos, capazes de enfrentar os desafios e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Podemos observar exemplos positivos de políticas públicas para a Educação Básica em diversos países. Na Finlândia, por exemplo, a educação é reconhecida como um direito universal, e as políticas educacionais são voltadas para a equidade e a inclusão. O país investe na formação e valorização dos professores, na promoção de um ambiente de aprendizagem acolhedor e no desenvolvimento de um currículo abrangente que valoriza a criatividade e o pensamento crítico.

Portanto, as políticas públicas para a Educação Básica são essenciais para o fomento da cidadania e a inclusão em nossa sociedade. Através dessas políticas, podemos criar uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária, que prepare os estudantes para serem cidadãos ativos, conscientes de seus direitos e responsabilidades, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Org.). **Políticas de educação básica no Brasil: Trajetórias, desafios e perspectivas**. São Paulo: Xamã, 2009.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2014.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ARAÚJO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: Construindo o campo da política educacional**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BALL, Stephen J. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BORGES, Gláucia Maria Costa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Xamã, 2013.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas públicas e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2009.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crise da escola e política educacional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- GENTILI, Pablo A. A. **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIMA, Licínio C. (Org.). **Políticas educativas em análise**. Porto: Porto Editora, 2009.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (Org.). **Políticas educacionais: Questões e dilemas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **Políticas educacionais no Brasil: A constituição de uma área de conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 46. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. 24. ed. Campinas: Papirus, 2013.

Submissão: dezembro de 2023. Aceite: janeiro de 2024. Publicação: junho de 2024.